

CLIPPING IMPRESSO

25/03/2021



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. ESMAM.....	1 - 2
1.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	3 - 4
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. CNJ.....	5
2.2. CORREGEDOR (A).....	6
2.3. DESEMBARGADOR.....	7
2.4. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	8
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CEMULHER.....	9 - 10
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. CNJ.....	11 - 12
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CNJ.....	13
5.2. PRESIDÊNCIA.....	14 - 15

Para exaltar a **FRATERNIDADE** e direitos humanos

Publicação “Direitos Humanos e Fraternidade: estudos em homenagem ao ministro Reynaldo Soares da Fonseca” será lançada hoje, em evento transmitido pela internet

Em tempos tão difíceis e incertos, a fraternidade recebe reverência materializada na obra coletiva “Direitos Humanos e Fraternidade: estudos em homenagem ao ministro Reynaldo Soares da Fonseca”, livro que será lançado hoje, às 19h, em transmissão ao vivo pelo canal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA Oficial), no Youtube.

As 1.365 páginas, agrupadas em dois volumes, são uma homenagem ao ministro maranhense Reynaldo Soares da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), consagrando sua trajetória e constantes estudos pela redescoberta da fraternidade como um sobreprincípio constitucional, categoria jurídica, e não apenas religiosa ou moral. A iniciativa une o TJMA, Escola Superior da Magistratura (Esmam) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

“Nada melhor para definir o homenageado do que ser um guardião da chama do amor de Deus e do próximo. O ministro Reynaldo Soares da Fonseca é conciliador e fraterno por natureza. Por onde passou sempre construiu amizades e se preocupou com o próximo. Mas, o que

Livro é dividido em dois volumes

Iniciativa é do TJMA, Esmam e UFMA

chama a atenção é a maneira como tem aplicado a fraternidade em seus julgamentos na quinta turma do STJ, especializada em direito penal”, relata o desembargador federal Alberto José Tavares Vieira da Silva, no prefácio à obra, escrito a quatro mãos, com a colaboração de outro amigo, o juiz federal Roberto Carvalho Veloso.

Nos dois volumes, 66 artigos científicos escritos por 97 autores, travam discussão intrinsecamente harmonizada pelo macroprincípio da fraternidade, unindo diversas áreas do Direito:

federalismo, atividade do Supremo Tribunal Federal, políticas judiciárias para o sistema prisional brasileiro, justiça restaurativa, democracia e participação política, entre outros.

Com apresentação do desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, a singularidade da coletânea destaca-se também no trabalho minucioso da sua organização, coordenada pelo desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, Roberto Carvalho Veloso, Marcelo de Carvalho Lima, Marcio Aleandro Correia Teixeira e Ariston Chagas Apoliano Júnior.

“Em cada capítulo, confere-se a adequação do livro para o debate acadêmico e técnico-jurídico. Conjuga questões doutrinárias e jurisprudenciais, elevando-as ao enfrentamento dos problemas práticos da sociedade, refletindo e dialogando com o pensamento de seu homenageado”, descreve Lourival Serejo.

Homenageado

Nascido em São Luís em 1963, o maranhense Reynaldo da Fonseca ingressou na Universidade Federal do Maranhão aos 17 anos, tendo sido monitor dos profes-

sos José Maria Ramos Martins e Agostinho Marques. Iniciou a carreira jurídica como servidor do Tribunal de Justiça do Maranhão e, aos 22 anos, logrou aprovação no Concurso de Procurador do Estado do Maranhão e posteriormente no de professor efetivo da UFMA, em primeiro lugar.

Em 2009, por merecimento, foi promovido a desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cargo que ocupou até 2015, quando foi nomeado ministro do Superior Tribunal de Justiça em vaga destinada à Justiça Federal. Integra a Quinta Turma, da qual foi presidente, possuindo hoje um dos menores acervos dos gabinetes criminais, em razão da sua destacada abnegação em prestar a jurisdição célere, conforme determina a Constituição Federal. ●

Serviço

O quê Lançamento do livro “Direitos Humanos e Fraternidade: estudos em homenagem ao Ministro Reynaldo Soares da Fonseca”
Quando Hoje, às 19h
Onde Youtube TJMA Oficial

Divulgação/Gustavo Lima/STJ



MINISTRO
Reynaldo
Soares da
Fonseca é
maranhense

Dino pede autorização à Assembleia para contrair empréstimo

Mensagem enviada ao legislativo mostra que governo quer usar verba de R\$ 180 milhões para pavimentação de vias e construção de uma ponte

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), encaminhou à Assembleia Legislativa, na semana passada, mensagem com projeto de lei pedindo autorização dos parlamentares para a contratação de mais um empréstimo.

O chefe do Executivo estadual pretende contratar operação de crédito de até R\$ 180 milhões com o Banco de Brasília (BRB) para execução do que ele batizou de "Programa Maranhão Forte".

Proposta foi enviada na semana passada

ainda não tem previsão para análise na AL



Governador Flávio Dino, mais uma vez, quer autorização para contrair empréstimo para obras em MAs

Divulgação

Empréstimo pedido é de R\$ 180 milhões

“O Programa Maranhão Forte tem como objetivo o fortalecimento da infraestrutura estadual de transportes visando melhorias logísticas, incentivo ao turismo e geração de empregos. Para tanto, é constituído por ações de restauração, pavimentação e construção de rodovias e de ponte”, diz a mensagem enviada aos parlamentares.

De acordo com o texto, entre as obras bancadas com esse recurso estariam a construção de ponte sobre o Rio Preguiças, em Barreirinhas; melhorias e pavimentação da Rodovia MA-211, entre os Municípios de Central do Maranhão e Bequimão; melhoria e pavimentação da Rodovia MA-247, entre os municípios de São

Luís Gonzaga e Trizidela do Vale; e execução de serviços de conservação na Rodovia MA-006, entre os municípios de Grajaú e Formosa da Serra Negra.

Ainda segundo Dino, o projeto estaria totalmente implantado em dois anos e meio, ou seja, após o fim do atual mandato.

Decisão

Enquanto busca autorização para a contratação de uma nova dívida, o governo Flávio Dino vem enfrentando problemas para pagar parcelas de um empréstimo em dólar, contratado ainda em 2013.

Em meados de 2020, a União precisou arcar com o pagamento de uma parcela de US\$ 49,9 milhões devida pelo Maranhão ao Bank of America Merrill Lynch, em virtude de empréstimo da ordem de US\$ 661,9 milhões.

Não há previsão de ressarcimento do valor ao Tesouro Nacional - que pode apropriar-se de parcelas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) ma-

ranhense para isso.

A parcela do empréstimo deveria ser paga pela gestão estadual no dia 23 de julho, mas, alegando problemas de caixa em virtude do combate à pandemia do novo coronavírus, o governo ajuizou ação judicial e conseguiu uma liminar, proferida pelo juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, autorizando o não pagamento.

“No caso dos autos, o Estado do Maranhão comprovou, nos documentos anexos à inicial, que informou ao réu a impossibilidade de adimplemento da próxima parcela do contrato, denunciando um desequilíbrio contratual, e solicitou a abertura de procedimento de renegociação para revisão das bases negociais e manutenção do contrato. No entanto não houve resposta do réu”, destacou o magistrado em seu despacho.

Do total inicial do empréstimo, o Maranhão ainda deve algo em torno de US\$ 370 milhões. As parcelas – são

MAIS

Governo pode fazer renegociação de dívida

Além de autorizar o calote, e proibir o Bank of América de declarar o Estado do Maranhão inadimplente pelos próximos 12 meses, o juiz Douglas Martins determinou que a instituição inicie, como solicitado pelo governo, um processo de negociação sobre o assunto.

duas por ano -, vinham sendo pagas normalmente pela gestão estadual. Mas, em 2020, em virtude da pandemia da Covid-19 e da forte alta do dólar, ao qual o contrato está indexado, o governo alegou impossibilidade de adimplemento do valor devido. ●

Em Foco

CNJ e CGJ-MA vão realizar mapeamento de áreas de desmatamento no Maranhão

Uma ação conjunta do Conselho Nacional de Justiça, por meio da Comissão Permanente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realizará o mapeamento das regiões de desmatamento no Maranhão, que atingem florestas públicas, terras indígenas e terras públicas da União e do Estado, com o objetivo de regularizar a situação fundiária das propriedade e coibir a prática de crimes ambientais.

O mapeamento territorial foi acertado durante reunião entre o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, presidente do Fórum Fundiário de Corregedores-Gerais de Justiça do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia); a conselheira Maria Tereza Uille Gomes, presidente da Comissão Permanente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Richard Martins Torsiano, coordenador executivo do Núcleo de Regularização Fundiária (CGJ-PI), as juízas Sara Gama, auxiliar da CGJ-MA, e Ticiany Maciel Palácio, coordenadora do Núcleo Fundiário do Maranhão; e o juiz Douglas Lima da Guia, membro do Núcleo. Na oportunidade, foram discutidas ações conjuntas das instituições envolvidas, voltadas para regularização fundiária e conservação ambiental, que preveem, ainda, a integração dos cadastros e registros públicos das florestas públicas, terras indígenas, da União e dos Estados localizadas no Maranhão. O estudo será realizado com o apoio técnico do Laboratório de Inovação, Inteligência e ODS (LIODS) do CNJ e do Núcleo de Regularização Fundiária da CGJ-PI e participação dos cartórios de Registro de Imóveis maranhenses.

DESMATAMENTO

A conselheira do CNJ informou que o Brasil tem 850 milhões de hectares de terras e 311 milhões de hectares de florestas públicas registradas no Serviço Florestal Brasileiro.

Governador Flávio Dino é conferencista no 85º Encoge

Desde o início da pandemia, Duarte tem trabalho para garantir direitos.

O governador do Maranhão, Flávio Dino, será conferencista na 85ª edição do Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Generais dos Tribunais de Justiça do Brasil (85º Encoge), nesta quinta-feira, 25. Fechando a programação do evento, às 18h, Dino falará sobre Federalismo e Cooperação. A conferência terá transmissão pelo canal da Corregedoria da Justiça no YouTube. Sob o tema “Cooperação Judicial e Administrativa entre os Órgãos do Poder Judiciário”, o 85º Encoge propõe um amplo debate que remete à cooperação também entre os poderes constituídos, frente aos desafios trazidos pela pandemia da Covid-19. Essa ótica tem sido defendida pelo corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, que também é presidente do Colégio de Corregedores. Velten tem afirmado que os poderes



85º ENCOGE

Conferência de Encerramento:

Federalismo e Cooperação

Quinta, 25.03 | 18h | ▶ /cgjma



Flávio Dino
Governador do Estado do Maranhão

constituídos precisam atuar de forma interdependente, possibilitando que gestores públicos possam unir interesses coletivos em pautas comuns entre os órgãos para assegurar o desenvolvimento de políticas públicas condizentes com a realidade atual.

PROGRAMAÇÃO

O 85º Encoge também terá a palestra de abertura “Cooperação Judicial na Atualidade”, proferida pelo ministro do Supremo Tribu-

nal Federal, Alexandre de Moraes. Dentre as autoridades presentes, a corregedora nacional de Justiça, ministra Maria Thereza de Assis Moura, também participará da abertura dos trabalhos, que serão presididos pelo corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten. Em seguida, haverá a entrega da Medalha Desembargador Décio Antônio Erpen, honraria concedida às autoridades

homenageadas e aos novos membros, que passaram a integrar o colegiado nesta gestão.

Na parte da tarde, a partir das 17h30, a transmissão pelo Youtube será retomada, oportunidade em que haverá a leitura da Carta de São Luís, uma compilação de encaminhamentos resultantes dos debates da plenária e das oficinas temáticas. Às 18h, o governador Flávio Dino encerra a programação com a conferência “Federalismo e Cooperação”.

SOBRE O PALESTRANTE

Flávio Dino de Castro e Costa é formado em Direito pela Universidade do Maranhão. Foi secretário da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA; juiz federal; deputado federal e presidente da Embratur. É professor de Direito e está em seu segundo mandato à frente do Governo do Estado do Maranhão.

Governador Flávio Dino é conferencista no 85º Encoge

Desde o início da pandemia, Duarte tem trabalho para garantir direitos.

O governador do Maranhão, Flávio Dino, será conferencista na 85ª edição do Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (85º Encoge), nesta quinta-feira, 25. Fechando a programação do evento, às 18h, Dino falará sobre Federalismo e Cooperação. A conferência terá transmissão pelo canal da Corregedoria da Justiça no YouTube. Sob o tema “Cooperação Judicial e Administrativa entre os Órgãos do Poder Judiciário”, o 85º Encoge propõe um amplo debate que remete à cooperação também entre os poderes constituídos, frente aos desafios trazidos pela pandemia da Covid-19. Essa ótica tem sido defendida pelo corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, que também é presidente do Colégio de Corregedores. Velten tem afirmado que os poderes



85º ENCOGE

Conferência de Encerramento:

Federalismo e Cooperação

Quinta, 25.03 | 18h | ▶ /cgjma



Flávio Dino
Governador do Estado do Maranhão

constituídos precisam atuar de forma interdependente, possibilitando que gestores públicos possam unir interesses coletivos em pautas comuns entre os órgãos para assegurar o desenvolvimento de políticas públicas condizentes com a realidade atual.

PROGRAMAÇÃO

O 85º Encoge também terá a palestra de abertura “Cooperação Judicial na Atualidade”, proferida pelo ministro do Supremo Tribu-

nal Federal, Alexandre de Moraes. Dentre as autoridades presentes, a corregedora nacional de Justiça, ministra Maria Thereza de Assis Moura, também participará da abertura dos trabalhos, que serão presididos pelo corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten. Em seguida, haverá a entrega da Medalha Desembargador Décio Antônio Erpen, honraria concedida às autoridades

homenageadas e aos novos membros, que passaram a integrar o colegiado nesta gestão.

Na parte da tarde, a partir das 17h30, a transmissão pelo Youtube será retomada, oportunidade em que haverá a leitura da Carta de São Luís, uma compilação de encaminhamentos resultantes dos debates da plenária e das oficinas temáticas. Às 18h, o governador Flávio Dino encerra a programação com a conferência “Federalismo e Cooperação”.

SOBRE O PALESTRANTE

Flávio Dino de Castro e Costa é formado em Direito pela Universidade do Maranhão. Foi secretário da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA; juiz federal; deputado federal e presidente da Embratur. É professor de Direito e está em seu segundo mandato à frente do Governo do Estado do Maranhão.

Fórum garante atendimento remoto em São Luís

O atendimento ao público no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) está sendo realizado remotamente, das 8h às 18h, por meios de comunicação alternativa, como telefone, e-mail, aplicativos de mensagens e sistema de videoconferência. O atendimento presencial das unidades administrativas e judiciárias está suspenso até dia 15 de abril de 2021. A medida está prevista na Portaria TJMA 223/2021 que dispõe sobre restrições adicionais visando à prevenção do con-

tágio pelo novo coronavírus (Covid-19). Os contatos das unidades judiciais e dos setores administrativos (telefones e e-mail) que funcionam no Fórum de São Luís estão disponíveis no site do TJMA. Os setores administrativos estão desempenhando suas atividades em trabalho remoto (teletrabalho) e de sobreaviso, cumprindo jornada regular. Outros setores que exigem o comparecimento presencial para o desempenho das suas funções estão realizando suas atividades por meio de rodízio

de servidores. Nas unidades judiciais, as audiências presenciais estão vedadas, somente sendo mantidas as audiências e sessões virtuais. Os prazos de processos físicos estão suspensos. O atendimento presencial ao público externo segue suspenso e o atendimento remoto está sendo realizado de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

COMPARECIMENTO: Pessoas em liberdade provisória ou suspensão condicional do processo, que têm a obrigatoriedade de se apresentar ao ju-

ízo periodicamente no Fórum Des. Sarney Costa, durante esse período de suspensão das atividades presenciais no fórum, estão dispensadas do comparecimento, até nova determinação. O mesmo vale para quem está em cumprimento de pena no regime aberto, prisão domiciliar, penas restritivas de direitos, suspensão da execução da pena (sursis) e livramento condicional. **PLANTÃO:** Os plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís que funcionam no Fórum Des.

Inscrições para Concurso Literário Maria Firmina dos Reis seguem abertas

PÁGINA 12

Inscrições para Concurso Literário Maria Firmina dos Reis seguem abertas

A Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão segue com inscrições abertas para o I Concurso Literário “Maria Firmina dos Reis”, que permite contos, crônicas e poemas sobre a temática da violência doméstica e familiar contra a mulher com valores entre R\$ 500 e R\$ 2 mil.

As inscrições acontecem até 30 de abril, destinado ao público de escritores (poetas, cronistas ou romancistas), profissionais ou não, adultos ou adolescentes, alunos da rede pública ou particulares e artistas em geral. Os participantes deverão ser residentes e/ou domiciliados no estado do Maranhão, sendo vedada a participação de servidores da CEMULHER/TJMA e membros da Comissão Julgadora do Concurso.

O Concurso Literário é dividido nas modalidades contos – uma narrativa ficcional curta, que no certame poderão se estender por, no máximo, 5 (cinco) laudas; crônicas – narrativas sobre o cotidiano da vida urbana, com certa dose de humor e linguagem mais coloquial, que deverão conter até 3 (três) laudas; e poemas – gênero textual dividido em estrofes e versos, rimados ou não, serão escritos em até 2 (duas) laudas.

Os participantes concorrerão em categorias estabelecidas pela idade, conforme o tipo de produção literária inscrita, divididas nas subcategorias adolescentes (a partir de 12 anos completos) e adultos (maiores de 18 anos).

INSCRIÇÕES

Segundo o Edital do Concurso Literário, as inscrições deverão ser feitas no período de 10 de março a 30 de abril 2021, através de link específico a ser disponibilizado no site do Tribunal de Justiça do Maranhão. Cada participante, conforme faixa etária, enviará ao e-mail cemulher@gmail.com, 01 (um) texto por categoria de produção literária (crônica, conto ou poesia), portanto, o limite será de 03 (três) textos ao total, se assim desejar.

O participante adolescente (maior de 12 anos completos e menor de 18 anos) deve anexar Termo de Autorização dos Pais ou Responsáveis, à ficha de inscrição e à produção literária concorrente.

Deverá se tratar de texto inédito, ou seja, ainda não publicado em qualquer meio impresso ou eletrônico/virtual. O texto deverá ser anexado à ficha de inscrição do concurso e identificado apenas por pseudônimo de escolha do candidato. Tal pseudônimo deverá constar da ficha de inscrição a ser preenchida pelo concorrente, de modo a viabilizar sua identificação pelo nome civil (composto pelo prenome e sobrenome) e/ou nome social apenas quando terminada a seleção definitiva dos vencedores. Os pseudônimos não deverão guardar qualquer semelhança com o nome, apelido ou outro fator de identificação do concorrente.

A lista com as inscrições deferidas estará disponível no site do TJMA no dia 10 de maio de 2021. A interposição de recurso referente ao indeferimento de inscrições ocorrerá por meio de formulário específico aos recursos, disponível no site do TJMA, no prazo de 2 (dois) dias, após divulgação da lista provisória.

PREMIAÇÃO

Após a definição da Comissão Julgadora, a premiação do Concurso Literário será realizada em Sarau Literário, da seguinte forma:

Na categoria ADOLESCENTES, subcategoria CONTOS, a premiação será a seguinte: 1º lugar R\$ 1.500,00; 2º lugar R\$ 1.000,00; 3º lugar R\$ 500,00;

Na categoria ADOLESCENTES, subcategoria CRÔNICAS, a premiação será a seguinte: 1º lugar R\$ 1.500,00; 2º lugar R\$ 1.000,00; 3º lugar R\$ 500,00;

Na categoria ADOLESCENTES, subcategoria POEMAS, a premiação será a seguinte: 1º lugar R\$ 1.500,00; 2º lugar R\$ 1.000,00; 3º lugar R\$ 500,00;

Na categoria ADULTOS, subcategoria CONTOS, a premiação será a seguinte: 1º lugar R\$ 2.000,00; 2º lugar R\$ 1.500,00; 3º lugar R\$ 1.000,00;

Na categoria ADULTOS, subcategoria CRÔNICAS, a premiação será a seguinte: 1º lugar R\$ 2.000,00; 2º lugar R\$ 1.500,00; 3º lugar R\$ 1.000,00;

Na categoria ADULTOS, subcategoria POEMAS, a premiação será a seguinte: 1º lugar R\$ 2.000,00; 2º lugar R\$ 1.500,00; 3º lugar R\$ 1.000,00.

Os textos selecionados dos 18 (dezoito) finalistas constarão em livro eletrônico (ebook) a ser publicado pela CEMULHER/TJMA em parceria com a ESMAM e AML, e disponibilizada pelos mais diversos meios digitais, com vistas a alcançar o maior número de pessoas possível e, assim, divulgar a temática do certame.

O Edital N° 12021, que disciplina todos critérios de classificação, premiação e publicação das produções literárias está disponível na página do TJMA (www.tjma.jus.br), no menu ATOS/EDITAIS.

HOMENAGEM

O Concurso Literário “Maria Firmina dos Reis” foi denominado em homenagem à escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista negra do Brasil. Maria Firmina também foi professora, musicista e a criadora da primeira escola mista do Brasil. A ilustração usada na arte do Concurso Literário é de autoria do designer Wal Paixão, resultado de uma pesquisa sobre as características físicas de Maria Firmina dos Reis. O direito de uso da imagem foi cedido ao Poder Judiciário.

desmatamento no Maranhão

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

CNJ e CGJ-MA vão realizar mapeamento de áreas de desmatamento no Maranhão

Uma ação conjunta do Conselho Nacional de Justiça, por meio da Comissão Permanente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realizará o mapeamento das regiões de desmatamento no Maranhão, que atingem florestas públicas, terras indígenas e terras públicas da União e do Estado, com o objetivo de regularizar a situação fundiária das propriedades e coibir a prática de crimes ambientais.

O mapeamento territorial foi acertado durante reunião entre o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, presidente do Fórum Fundiário de Corregedores-Gerais de Justiça do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia); a conselheira Maria Tereza Uille Gomes, presidente da Comissão Permanente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Richard Martins Torsiano, coordenador executivo do Núcleo de Regularização Fundiária (CGJ-PI), as juízas Sara Gama, auxiliar da CGJ-MA, e Ticiany Maciel Palácio, coordenadora do Núcleo Fundiário do Maranhão; e o juiz Douglas Lima da Guia, membro do Núcleo.

Na oportunidade, foram discutidas ações conjuntas das instituições envolvidas, voltadas para regularização fundiária e conservação ambiental, que preveem, ainda, a integração dos cadastros e registros públicos das florestas públicas, terras indígenas, da União e dos Estados localizadas no Maranhão. O estudo será realizado com o apoio técnico do

Laboratório de Inovação, Inteligência e ODS (LIODS) do CNJ e do Núcleo de Regularização Fundiária da CGJ-PI e participação dos cartórios de Registro de Imóveis maranhenses.

DESMATAMENTO

A conselheira do CNJ informou que o Brasil tem 850 milhões de hectares de terras e 311 milhões de hectares de florestas públicas registradas no Serviço Florestal Brasileiro. Do total das florestas públicas, 107 milhões de hectares são terras indígenas homologadas e demarcadas. Segundo a conselheira, o principal problema encontrado na área da governança de terras públicas é o nível de desmatamento.

“Hoje, 50% do desmatamento no Brasil, pelo menos, acontece em terras públicas, indígenas, da União e dos estados não destinadas”, disse a conselheira. O grande desmatamento, segundo a conselheira, coincide com o cadastro ambiental rural irregular feito por particulares em terras in-



Levantamento busca identificar e sanear possíveis irregularidades no registro de terras

dígenas - o que sinaliza possíveis indícios de crimes ambientais nessas áreas, como a derrubada de árvores, criação de gado e agricultura.

A conselheira do CNJ propôs, após entendimentos com autoridades fundiárias e ambientais, o cadastro das terras indígenas, pela FUNAI, nos sistemas do Serviço Florestal Brasileiro (Cadastro Ambiental Rural - CAR) e do INCRA, para que os números desses registros sejam averbados nas matrículas do registro do imóvel, com apoio das corregedorias gerais da Justiça e dos cartórios, no âmbito dos estados e municípios.

Com a averbação, seria possível identificar os números de registro do CAR irregulares sobrepostos. No caso do Maranhão, a conselheira informou já possuir todos os registros sobrepostos mapeados e georreferenciados, que serão fornecidos à CGJ-MA, para que sejam cancelados e regularizados.

“Esse é um grande problema. Começa nas terras indígenas, mas vai também nas terras da União e dos estados que não estão matriculadas”, disse a conselheira do CNJ. Na oportunidade, o corregedor do Maranhão informou já ter solicitado aos cartórios informarem onde há registro de terras indígenas, para identificar a dimensão dessas irregularidades no Estado.

TERRAS DEVOLUTAS

Em relação ao desmatamento em terras públicas não destinadas (devolutas), o representante do Núcleo de Regularização Fundiária da CGJ-PI sugeriu que seja feito o seu cadastro no INCRA pelas instituições, como terra pública, floresta pública ou indígena. E, ainda, fazer a conexão do cadastro do INCRA com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), visando futura integração entre as plataformas de registro fundiário, que possa auxiliar a governança pública das propriedades.

Ao final da reunião, foi acordado um esforço concentrado das instituições para efetuar o levantamento das áreas desmatadas no Maranhão, por município, se há cadastro ou não das propriedades no registro de imóveis, visando a integração dos cadastros e regularização fundiária, com apoio da CGJ-MA.

LEVANTAMENTO

A Corregedoria da Justiça do Maranhão irá providenciar, junto aos cartórios de registro de imóveis, o levantamento de informações relacionadas à existência de áreas públicas - urbanas e rurais - matriculadas, para fins de elaboração de diagnóstico territorial da situação, que possa auxiliar as autoridades nos projetos de regularização fundiária no Estado.

Foi discutida, na oportunidade, a possibilidade de apoio institucional do CNJ e CGJ-MA aos cartórios de menor porte na execução desses serviços. O Núcleo Fundiário da CGJ-PI dará apoio técnico à CGJ-MA na avaliação dos custos básicos para execução do levantamento junto aos cartórios.

O corregedor-geral do Maranhão disse estar entusiasmado com o projeto e confirmou o apoio do Fórum do MATOPIBA e da CGJ-MA à iniciativa. “Estou muito entusiasmado com o projeto (do mapeamento), por ver pessoas boas e com propósitos, reunidas em prol de um objetivo importante, nós temos de apoiar” disse o desembargador Paulo Velten.

A juíza Ticiany Maciel Palácio propôs à CGJ-MA solicitar aos cartórios informações sobre o bioma da região, a existência de matrículas de áreas indígenas, florestas e terras públicas e do registro da circunscrição territorial dos municípios, para compor um sistema de informações sob controle da Justiça. Já a juíza Sara Gama informou que a Corregedoria já solicitou informações aos cartórios sobre as condições de informatização dos cartórios, para avaliar as condições dos registradores públicos de prestarem as informações. *(Helena Barbosa – Asscom CGJ)*

Kátia Persovisan
katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br
Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>
Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>



CONTEXTO

Mapeamento

Uma ação conjunta do Conselho Nacional de Justiça, por meio da Comissão Permanente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realizará o mapeamento das regiões de desmatamento no Maranhão, que atingem florestas públicas, terras indígenas e terras públicas da União e do Estado, com o objetivo de regularizar a situação fundiária das propriedades e coibir a prática de crimes ambientais. O mapeamento territorial foi acertado durante reunião entre o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, presidente do Fórum Fundiário de Corregedores-Gerais de Justiça do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia); a conselheira Maria Tereza Uille Gomes, presidente da Comissão Permanente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Richard Martins Torsiano, coordenador executivo do Núcleo de Regularização Fundiária (CGJ-PI), as juízas Sara Gama, auxiliar da CGJ-MA, e Ticiany Maciel Palácio, coordenadora do Núcleo Fundiário do Maranhão; e o juiz Douglas Lima da Guia, membro do Núcleo.

**Tribunal de
Justiça do
Maranhão em
luto pelas 300
mil mortes pela
pandemia no
Brasil**

PÁG.2

TJMA em luto pelas 300 mil mortes pela Covid-19 no Brasil

Com faixas pretas nas fachadas, a Corte Judicial presta solidariedade pelos familiares das vítimas da pandemia

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, lamentou as mais de 300 mil mortes causadas pela Covid-19 no Brasil e autorizou a colocação de duas faixas pretas de pesar nas fachadas laterais do prédio-sede do TJMA, na tradicional Avenida Pedro II, no Centro Histórico de São Luís. No Maranhão, o número de mortos ultrapassa 5.700, segundo dados do Governo do Estado.

“No momento em que o Brasil atinge a triste marca de mais de 300 mil mortos e mais de 12 milhões de infectados, quero expressar a minha solidariedade a todos os familiares e amigos de vítimas da Covid-19”, afirmou o desembargador Lourival Serejo. Ele expressou também sua gratidão e orgulho por todos os profissionais de saúde que estão na linha de frente contra a Covid-19, em nome de todos desembargadores, juízes e membros do Poder Judiciário do



O Palácio Clóvis Beviláqua está localizado na tradicional Avenida Pedro II, em São Luís

Maranhão. O número de mais de 300 mil vidas perdidas pela Covid-19 foi registrado nesta quarta-feira (24) em um levantamento do consórcio de mídia formado por veículos de comunicação, incluindo jornais e emissoras de TV.

O triste registro chega no pior momento da pandemia. O Brasil é hoje o segundo país do mundo com mais mortes pela doença e mais casos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, de acordo com o levantamento da universidade Johns Hopkins.